

A ROMANTIZAÇÃO DA MATERNIDADE E SUA INFLUÊNCIA NA VIOLÊNCIA INFANTIL: UM BREVE ESTADO DA ARTE

Nathália Cristina Custódio¹, Vera Márcia Marques Santos²

RESUMO

O presente artigo é resultado de discussões originadas da ação de extensão denominada “Grupo de Estudos Sexualidade, Interseccionalidades e Diversidade Sexual”, do Laboratório Educação e Sexualidade – LabEduSex da Universidade do Estado de Santa Catarina, considerando a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A partir da leitura da obra “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, de autoria da teórica feminista, artista e ativista social estadunidense, Bell Hooks, surgiram algumas problematizações referente à maternagem. Com isso, a fim de compreender de que maneira a romantização da maternidade contribui na violência contra a criança, realizou-se um breve estudo de caráter bibliográfico ou estado da arte, para uma compreensão inicial de como a figura materna tem sido interpretada na sociedade brasileira e quais razões têm levado as mães a serem responsabilizadas na naturalização da violência doméstica infantil. Pode-se constatar, então, que a interseccionalidade interfere na responsabilidade parental exercida pela mãe, a qual, devido ao desamparo cultural, social, torna-se protagonista na violência contra a criança. Exercitamos, aqui, a indissociabilidade entre a Extensão e a Pesquisa.

Palavras-chave: gênero, interseccionalidade, maternidade, violência infantil.

THE ROMANTIZATION OF MATERNITY AND ITS INFLUENCE ON CHILD VIOLENCE

ABSTRACT

This article is the result of discussions originated from the extension action called "Sexuality, Intersectionality and Sexual Diversity Studies Group", from the Education and Sexuality Laboratory - LabEduSex of the University of the State of Santa Catarina, considering the inseparability between teaching, research and the extension. From the reading of the work “Feminism is for everyone: sweeping policies”, authored by the American feminist theorist, artist and social activist Bell Hooks, some questions regarding motherhood emerged. Thus, in order to understand how the

¹ Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: nathalia.cristina.custodio@gmail.com

² Centro de Educação à Distância, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: veramarquessantos@gmail.com

romanticization of motherhood contributes to violence against children, a brief bibliographic or state-of-the-art study was carried out, for an initial understanding of how the mother figure has been interpreted in Brazilian society. and what reasons have led mothers to be held responsible for the naturalization of child domestic violence. It can be seen then that intersectionality interferes with the parental responsibility exercised by the mother, who, due to cultural and social helplessness, becomes a protagonist in violence against the child. We exercise here the inseparability between extension and research.

Keywords: child violence, Genre, maternity, intersectionality.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil, assim como a sociedade ocidental de forma geral, é historicamente alinhado ao modelo patriarcal. Modelo este que vem promovendo a imagem da mulher como representação romantizada da figura materna. Entretanto, não podemos deixar de problematizar que, quando se trata das múltiplas relações que ocorrem em uma sociedade, não parece adequado generalizar os papéis sociais de gênero, tendo em vista a não existência de apenas um tipo de mulher e, principalmente, de que toda mulher tenha como função precípua, a maternidade, ou seja: ser mãe.

Conforme Pinheiro (2018), a romantização da maternidade é uma construção sociocultural, sustentada inicialmente por homens e higienistas no Brasil Colônia, que desenvolviam teorias voltadas para a disciplina e a construção de um modelo da mãe de elite, que deveria voltar-se para as questões do lar, fortalecendo a ideia de que a independência da mulher estaria limitada às fronteiras da casa, ou seja, as responsabilidades domésticas.

Embora esse conceito continue sendo difundido no ideário conservador brasileiro, é nítido que a imagem da mulher-mãe é aplicada apenas a pessoas de elevado nível econômico, diferentemente de uma população feminina pobre e periférica, que precisa buscar recursos que mantenham a sua sobrevivência e a de sua família, submetendo-se a explorações e violências, as quais marcam as infâncias de milhares de crianças brasileiras.

Neste sentido, recorremos a Elisabeth Badinter, que, com o seu texto, “Um Amor conquistado: o mito do amor materno”, em sua versão brasileira de 1985, já na

sinopse expressa uma fundamental problematização para a questão que apresentamos acima, “será o amor materno um instinto, uma tendência feminina inata, ou depende, em grande parte, de um comportamento social, variável de acordo com a época e os costumes?”.

Seguindo na mesma linha teórica de Badinter (1985), abordou-se no Grupo de Estudos do LabEduSex, que, quando se difunde a ideologia de que as mulheres nascem com a finalidade de procriar e, conseqüentemente, amar/cuidar da sua prole, faz-se necessário uma desconstrução destes pré-conceitos, embasada em fatos históricos e dados que desmistifiquem essa visão. Com os índices elevados de desigualdade, são muitas as dificuldades enfrentadas pelas diferentes mulheres/mães que, no exercício da responsabilidade parental, acabam sendo protagonistas na violência doméstica contra a criança.

Isso se dá por conta dos valores que predominam na sociedade, responsáveis pela definição dos respectivos papéis sociais exercidos pelos membros familiares, a exemplo de pai, mãe e filhos (BADINTER, 1985), núcleo exaltado pelo modelo patriarcal. Com isso,

quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe (BADINTER, 1985, p. 26).

Assim, este artigo, como já referido, é fruto de reflexões oriundas de questões sobre os marcadores sociais da diferença, debatidas nos encontros do Grupo de Estudos Sexualidade, Interseccionalidades e Diversidade Sexual, promovido pelo Programa de Extensão Permanente LabEduSex, do Laboratório Educação e Sexualidade em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), ambos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Nesse contexto, após o contato

com a obra de Bell Hooks, intitulada “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, surgiram algumas problematizações acerca da maternagem, a exacerbada valorização desta condição na sociedade e suas contradições na prática.

Como o referido Programa de Extensão possui um viés direcionado aos direitos humanos, com o propósito de contribuir com a formação continuada de agentes comunitários e principalmente servidores públicos que atuam na docência, com temáticas que envolvam o desvelamento e o combate às violências, logo, buscou-se compreender quais fatores históricos e sociais contribuem com a romantização da maternidade e como esse fato se articula com a violência infantil.

Inicialmente, foi realizado um breve estudo referente aos papéis sociais da mulher na sociedade brasileira, buscando-se uma compreensão mais ampla de como a figura materna foi e permanece sendo interpretada culturalmente. Dados também foram analisados para refletir como a interseccionalidade torna-se obstáculo para a mulher-mãe cotidianamente e quais impactos são gerados na vida dos seus filhos. Impactos estes que, por vezes, podem traduzir-se em ações de violências. Para tanto, lançamos mão da pesquisa bibliográfica.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, que teve origem numa ação de extensão universitária, pontualmente um “Grupo de Estudos”, como já mencionado, num exercício de indissociabilidade entre a extensão e a pesquisa. Com o estudo bibliográfico e, a partir da análise de dados, buscou-se melhor compreender se a romantização da maternidade pode favorecer ou não o fenômeno da violência contra a criança, bem como, se for o caso, identificar de que maneiras e em quais aspectos podem contribuir.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008, p. 61), oferece uma vantagem ao pesquisador, pois permite que este se aproprie de uma forma ampla do seu fenômeno de pesquisa. Isto principalmente quando se trata de dados mais dispersos e, também, importantes para o estudo em andamento. Para o levantamento bibliográfico desta investigação, iniciamos, pela definição da “seleção de palavras-chave, que são um

conjunto de termos através dos quais o autor considera que pode encontrar as fontes que lhe interessam” (OLIVEIRA; FERREIRA, 2014, p. 48). Decidimos pela utilização das palavras-chave ou descritores: maternidade, interseccionalidade e violência infantil, com um recorte temporal compreendido entre o biênio 2018/2019 para o levantamento das informações, que buscamos no banco de dados da CAPES, SciELO e Google Acadêmico, com o intuito de compilarmos Teses de Doutorado (TD), Dissertações de Mestrado (DM), e Artigos em periódicos indexados (AP), realizados em universidades de todas as regiões do país, conforme pode-se observar na sequência.

Quadro 01: Síntese do Estado do Conhecimento no período de 2018 a 2019

PERÍODO	TD	DM	AP	TOTAL
2018	0	0	6	6
2019	2	1	5	8
TOTAL	2	1	11	14

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras, 2020.

Na busca dos dados, encontramos seis (6) artigos em periódicos indexados no ano de 2018, duas (2) teses de doutorado, uma (1) dissertação de mestrado e cinco (5) artigos em periódicos indexados no ano de 2019, totalizando catorze (14) trabalhos, conforme observamos no quadro 01, que nos remete aos dados encontrados na pesquisa.

O QUE EXPÕEM OS DADOS DA PESQUISA

Trazemos nesta seção dados que, a nosso ver, podem contribuir para a *romantização da maternidade*, o que em alguma medida pode influenciar na violência infantil, uma vez que a violência e aqui, especificamente, a violência infantil, nem sempre se manifesta ou se caracteriza pelo que se evidencia. Com isso, chamamos a atenção para aspectos como a maternagem negra; a subjugação da mulher que se torna

mãe; o infanticídio, dentre outros, nos remetem a algumas problematizações que podem estar relacionadas à violência infantil.

Ao analisar as produções que abordam a relação da maternidade romantizada com a violência infantil em uma perspectiva interseccional, dos catorze (14) trabalhos pesquisados, seis (6) possuíam dentre as palavras-chave ou descritores “maternidade”, apenas um (1), “violência infantil” e dois (2) que remetem a “interseccionalidade”. Dentre as produções, constatou-se que, apesar de tratarem dos marcadores sociais da diferença no viés da maternidade para com a criança, nenhuma explicita a abordagem da romantização criada acerca da figura mulher-mãe como linha principal de estudo.

Quadro 02: Produções de 2018

2018			
TÍTULO	AUTOR/A	PALAVRAS-CHAVE	TIPO
Mães negras: Maternidade, emancipação e trabalho em tempos de mudanças e transformações (Buenos Aires, 1800 - 1830)	Florencia Guzmán	Maternidade. Emancipação. Trabalho. Gênero. Raça.	AP
Sob o peso da maternidade	Maria Terezinha Bretas Vilarino		AP
O infanticídio como expressão da violência e negação do mito do amor materno	Veralúcia Pinheiro	Infanticídio. Maternidade. Mulher. Violência.	AP
“Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS	Priscila Pavan Detoni, Paula Sandrine Machado, Henrique Caetano Nardi	CRAS. PNAS. Relações de gênero. Maternidade. Biopolítica.	AP
Percepções Parentais sobre o Temperamento Infantil e suas Relações com as Variáveis Sociodemográficas das Famílias	Beatriz Schmidt, Simone Dill Azeredo Bolze, Mauro Luis Vieira, Maria Aparecida Crepaldi	Temperamento. Desenvolvimento infantil. Relações pais-criança. Relações familiares.	AP
Violência contra crianças na perspectiva de profissionais de saúde: reconhecimento e proteção em suas atividades hospitalares	Gabriela Schumacher, Lucas Garcia, Márcia Fernandes, José Roberto Goldim	Bioética. Abuso infantil. Violência doméstica. Proteção à criança.	AP

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras, 2020.

Guzmán (2018), em seu artigo “Mães negras: maternidade, emancipação e trabalho em tempos de mudanças e transformações (Buenos Aires, 1800 - 1830)”,

discorre como no século XIX as questões da escravidão, da emancipação, da maternidade e do trabalho das mulheres negras entrelaçaram-se, não desconsiderando a relação entre gênero e a própria mistura racial, fatores que implicaram e implicam na concepção do papel social da mulher perante a maternagem e que em muitos casos, se tornaram e se tornam em um ambiente potencialmente violento

Apesar de Vilarino (2018) não tratar do impacto da racialidade na vida das diferentes mães, aborda também um recorte do século XIX, quando as mulheres não eram consideradas fortes a ponto de gerir uma cidade; por isso, foi delegado a elas a função de cuidar dos mais fracos, ou seja: das crianças. Por mais que as mulheres fossem vistas como cidadãs secundárias, era missão delas cuidar dos filhos dos homens, já que estes se dedicavam à estrutura pública. A partir disso, compôs-se uma ideologia dominante, que ignora a função paternal da figura masculina, relegando exclusivamente à mãe a relação com os filhos, inclusive tendo que administrar um ambiente onde esse homem é por vezes extremamente violento, dando a entender, principalmente para as crianças que as relações familiares funcionam eivadas de atitudes violentas.

Por outro lado, ao dar ênfase às questões de classe social, Pinheiro (2018) discute o crime de infanticídio no Brasil, este utilizado contra o argumento do amor materno naturalizado, sendo que, na pesquisa, comprova-se que as mulheres envolvidas com esse tipo de crime pertencem, em geral, às camadas populares. Compactuando com o período estudado pelas autoras supracitadas, Pinheiro reforça a tese de que essas mulheres passaram por grandes mudanças em relação à condição de trabalho e à situação conjugal, devido à industrialização no país, no final do século XIX.

Em contrapartida, os estudos indicam que as mulheres de classes populares já possuíam uma rotina rígida de trabalho e as dificuldades do dia a dia levaram-nas a envolver-se em brigas e transgressões, distanciando-as do modelo atribuído ao sexo feminino, empecilhos criados desde os tempos coloniais com o intuito de fortalecer a divisão de classes.

Considerando que na atualidade esses fatores continuam influenciando a vida de milhares de mulheres, bem como suas proles, Detoni; Machado; Nardi (2018), ao citarem Moreira (2013), chamam a nossa atenção para o cuidado acerca dos enunciados em torno da maternidade, principalmente quando se refere às classes populares, tendo em vista que muitos homens são pais ausentes, sendo que vários vivenciam criminalidades, realçando a ideia de famílias sem estrutura e preparo, que permeiam o discurso da deserção paterna.

Ainda conforme as questões de classe, segundo Schumacher *et al.* (2018), muitos profissionais da saúde encaram a falta de condições econômicas com negligência intrafamiliar, entretanto, essa situação se caracteriza, de fato, como violência estrutural. Da mesma forma, Schmidt *et al.* (2018), afirmam que, quanto menor for a renda do núcleo familiar e escolaridade parental, bem como maior o número de filhos e membros da família, maiores serão os índices de reações como desconforto, tristeza, medo e raiva nas crianças.

Quadro 03: Produções de 2019

2019			
TÍTULO	AUTOR/A	PALAVRAS-CHAVE	TIPO
Vidas de Mães na Favela: reinvenções da maternidade nas experiências de mulheres na periferia de Fortaleza	Socorro Letícia Fernandes Peixoto	Maternidade. Gênero. Famílias pobres.	TD
Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras	Bruna Cristina Jaquetto Pereira	Mulheres negras. Afetividade. Sexualidade feminina. Raça - gênero.	TD
Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas: o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais	Clareana Lopes de Araújo	Gênero. Feminização da pobreza. Políticas públicas. Brasil. Responsabilidade monoparental.	DM
Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social	Thais Gomes de Oliveira, Bruna Moraes Battistelli, Lílian Rodrigues da Cruz	Maternidade. Racismo. Psicologia social. Assistência social.	AP
Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis	Cleiciara Lucia Silva Ferreira	Violência infantil. Maus-Tratos Infantis.	AP

		Judicialização. Direitos da criança. Estudo de Coorte.	
Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)	Deborah Carvalho Malta, Juliana Teixeira Antunes, Rogério Ruscitto do Prado, Ada Ávila Assunção, Maria Imaculada de Freitas	Violência doméstica. Maus-tratos. Adolescente. Tabaco. Inquérito.	AP
Édipo Negro: Estrutura e Argumento	Rafael Alves Lima	Édipo Negro. Rita Segato. Psicanálise. Maternidade. Brasil. Racismo.	AP
Família, gênero, negligência e cuidado na atenção à saúde da criança. Breve reflexão sobre as demandas direcionadas pela equipe de saúde ao serviço social	Tereza Cristina Ferreira da Silva, Ivaneide Lêdo Lobato, Luciana Catete da Silva, Débora Santos Menezes, Lorena Gama de Almeida, Anastácia Emanuele Araújo Coutinho	Família. Gênero. Cuidado. Negligência. Saúde da criança.	AP

Fonte: Elaborada pelas Pesquisadoras, 2020.

No artigo “Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social” de Oliveira; Battistelle; Cruz (2019), pode-se observar uma interface entre a Psicologia e a Assistência Social, assim como o intuito de se discutir as relações entre maternidade, cuidado e racismo nas Políticas Públicas. O ensaio foi constituído por narrativas de mulheres e por reflexões teóricas que refletem como as mulheres-mães também são vítimas, principalmente ao se considerar temáticas como raça, maternidade, racismo e genocídio da população negra.

Em correlação, para Lima (2019), no artigo “Édipo Negro: Estrutura e Argumento”, a interseccionalidade é analisada a partir do debate contemporâneo da Psicanálise no Brasil. É abordado o exercício da maternidade transferida da mãe legítima para a babá, essa assimilada como herdeira da ama-de-leite da história escravagista do país.

Similarmente às problemáticas abordadas, Peixoto (2019) fundamentou em sua tese “Vidas de Mães na Favela: reinvenções da maternidade nas experiências de mulheres na periferia” uma pesquisa baseada no campo socioantropológico das

epistemologias feministas contemporâneas, em particular, do feminismo decolonial. Neste estudo, abordou-se a maternidade perante os vieses da interseccionalidade, baseado nos marcadores de classe, gênero e raça, dos discursos biomédicos e das agências vividas pelas mulheres-mães em situação de pobreza.

Na dissertação “Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas: o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais”, de Araújo (2019), é abordada a situação de mulheres responsáveis por famílias monoparentais, recorrendo-se a estudos sobre a feminização da pobreza, suas causas e consequências.

Já para Pereira (2019), na tese “Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras”, a maternidade não foi uma temática abordada, entretanto o trabalho investiga como gênero e raça retratam as vivências afetivo-sexuais de mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea. Considera-se a estética, a sexualidade e a moralidade sexual como elementos de articulação na interseccionalidade e um dos resultados indicam para a desvalorização social das mulheres negras enquanto parceiras afetivas em relações oficiais.

Em relação às consequências causadas pela interseccionalidade na vida das crianças, no artigo “Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantil”, de Ferreira (2019), objetivou-se identificar o perfil das crianças vítimas de violência doméstica, assim como também de seus agressores, avaliando a efetividade das intervenções judiciais. Foram analisados 98 processos da Vara da Infância e Juventude, incluindo 179 crianças e 121 agressores. Referente aos dados, um terço das crianças foram envolvidas em programas de apoio e em 25%, a seriedade da situação determinou o afastamento da família.

Da mesma maneira, Malta *et al.* (2019), em “Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)”, analisam condições associadas à agressão familiar contra adolescentes. As variáveis pertencentes ao modelo sociodemográfico incluíram o sexo feminino, raça - cor preta, amarela, parda, adolescentes que trabalham e mães com baixo nível de escolaridade. Ao associarem gênero e violência, concluíram que há uma maior vitimização das meninas que vivenciam contextos sociais e familiares desfavoráveis.

Para finalizar, colha-se Silva *et al.* (2019), no artigo “Família, gênero, negligência e cuidado na atenção à saúde da criança. Breve reflexão sobre as demandas direcionadas pela equipe de saúde ao serviço social”. Eles analisam, como objeto de pesquisa, funcionários atuantes no Serviço de Pediatria de uma unidade hospitalar. É perceptível que a equipe em questão possui expectativas a respeito do modo como as famílias organizam o cuidado com as crianças, culpabilizando em geral os familiares sobre suas condições sociais, sendo a mulher a figura central responsabilizada.

DESENVOLVIMENTO

Referente ao recorte das produções de 2018, os estudos levantados apontam, conforme Detoni; Machado; Nardi (2018), que o amor materno se originou como uma estratégia estatal para influenciar as mulheres-mães a auxiliarem na redução da taxa de mortalidade de crianças e, conseqüentemente, no controle populacional. Com isto, criou-se uma espécie de tratado entre o Estado e as mulheres que, de forma hierárquica, as submetem a serviços da biopolítica, encarregando-as pelo “futuro da nação”.

Além de objetificada e codificada pelas Políticas Públicas do Estado, a maternidade foi performatizada a partir da existência de um instinto, acometido a todas as mulheres que se tornassem mães, essência essa que priorizaria naturalmente o cuidado da genitora com a prole. Como parte da norma, as mães, que não atendessem à interpelação, seriam consideradas como “negligentes”.

Anteriormente à metade do século XIX, marcado pelo processo de maternalização, a maternidade era encarada somente em sua função procriadora, com pouca ênfase na criação dos filhos (GUZMÁN, 2018). Por essa razão, a figura da mulher leiteira, ou ama de leite, era importante por diversas razões, já que foram essas mães, em geral, negras e mestiças, responsabilizadas por cuidar, criar e proporcionar a maternidade para crianças brancas ao longo de séculos. Assim sendo, essas mulheres, encontradas nas classes mais baixas na escala social, definiam relações e

cruzamentos transversais entre esferas sociais e raciais, dentro de um sistema hierárquico.

Os trabalhos desenvolvidos em 2019 também substanciaram as relações interseccionais entre raça, classe e gênero nas questões da maternidade. Destaque para os resquícios de um passado escravista e por estar imbricado em uma sociedade desigual, ainda recai sobre as mulheres brasileiras negras e pobres o julgamento pelo que ocorre com seus filhos, sendo elas responsabilizadas e culpabilizadas por todo infortúnio existente e por tudo o que sofrem. Nesse contexto, são essas mulheres que criam seus filhos em um cenário genocida, violento (OLIVEIRA; BATTISTELLI; CRUZ, 2019).

São principalmente nas mortes cotidianas que se pode observar a desvantagem dos negros e indígenas em relação à população branca, pois é pela falta de acesso e oportunidade, trabalhos precarizados e subempregos, encarceramento em massa e circunstâncias violentas que se acirra a desigualdade racial, intensificando uma realidade de violências que acabam se naturalizando culturalmente (OLIVEIRA; BATTISTELLI; CRUZ, 2019). Desta forma, essas mulheres-mães sofrem inúmeras formas de violências, a começar pela disparidade de oportunidades e possibilidades na esfera social.

Em outro estudo se constatou que a baixa renda e o uso de álcool estavam associados com a violência contra crianças, e a figura materna apareceu como principal agressora. Os dados se apresentaram contrários à função social estabelecida à mulher-mãe, responsável por cuidar e educar os filhos. Entretanto, a sobrecarga e o estresse do dia a dia, resultante da grande quantidade de funções, juntamente com a responsabilidade de criar o filho e prover, muitas vezes sozinha, o necessário para o lar, acabam por intensificar a violência da mãe contra o filho, principalmente no quesito negligência/abandono (FERREIRA, 2019).

Fatores como a baixa escolaridade da mãe, trabalho precoce, contextos sociais desfavoráveis também contribuem com o aumento da violência. E, como consequência, constatou-se que as pessoas que sofreram agressão, quando crianças, possuem maiores chances de se tornarem dependentes de diferentes substâncias

compensatórias, como drogas sintéticas ou naturais, além de desenvolverem aspectos relativos ao sofrimento mental, a exemplo da insônia e da solidão (MALTA *et al.*, 2019).

A análise efetuada por Schmidt *et al.* (2018), realizada com 208 integrantes, sendo que deles 103 eram mães, aponta que a responsabilidade pelo cuidado da criança quando ela não está na escola, foi atribuída exclusivamente à figura materna. Identificou-se, da mesma forma, que as mães, que possuem apenas um filho e tendem a considerar menos recorrentes reações de angústia e insatisfação (fator afeto negativo) no seu filho, diferentemente das que possuem maior número de crianças.

Verificou-se que, quanto menor a escolaridade do responsável, assim como a renda mensal do núcleo familiar, e maior o número de habitantes na residência, maior é a chance da mãe perceber reações como raiva, medo, desconforto, tristeza e baixa capacidade para se acalmar esboçadas pela criança. Com isto, a respeito do desenvolvimento infantil, as desvantagens econômicas e sociais experienciadas pelas famílias estão interligadas a problemas comportamentais nas crianças. O estresse familiar, tanto quanto a sobrecarga do trabalho materno nas famílias numerosas, discorrem em efeitos negativos sobre a qualidade da parentalidade e são fatores de risco ao desenvolvimento dos menores (SCHMIDT *et al.*, 2018).

Segundo Schumacher *et al.* (2018, p. 156), em um estudo produzido com o objetivo de investigar a percepção e a compreensão de agentes da saúde a respeito da violência e proteção de crianças atendidas em um hospital universitário, alguns profissionais da internação associaram como sinônimos a falta de condições econômicas com a negligência, essa interpretada como violência intrafamiliar. A mãe, por ser reconhecida como a principal responsável pela criança, também foi identificada como a maior agente violentadora. Em contrapartida, a figura paterna é um membro familiar que não é reconhecido pelos agentes como responsável, mas sim como figura frequentemente ausente. Ainda na perspectiva dos profissionais entrevistados, a criança só estará protegida se tiver uma família estruturada.

Os dados revelados a partir da pesquisa em questão nos remetem a Viella (2015), quando este observa que historicamente a figura materna tem sido valorizada

e interpretada como obrigatória nas sociedades. No âmbito cultural, a necessidade que muitas mulheres sentem de ser mães é incentivada pelo modelo patriarcal, que difunde uma idealização errônea de que o feminino só encontrará a plena felicidade após a procriação. “A partir dessa linha de raciocínio, reforça-se a ideologia de que mulheres possuem o objetivo nato de procriar e criar, com habilidades pré-estabelecidas para exercerem a função de mãe” (p. 15).

Entretanto, nem sempre o amor maternal, este entendido como representações de zelo e sacrifício, foi considerado sentimento natural das mulheres. Conforme Badinter (1985), a educação das crianças de elevado nível econômico nos séculos XVII e XVIII era marcada muitas vezes por atos de abandono, como o encaminhamento delas a casa de amas, o breve retorno ao lar, vivendo no máximo cinco anos sob o teto paterno e a partida para conventos. Ainda se tratando do século XVIII, era normal o abandono de crianças pelas mais variadas razões e especificamente na Bahia, havia um sistema denominado “roda de expostos”, sustentado pelas Santas Casas. Esse processo se dava por meio de auxílio aos desassistidos, o qual colocavam os bebês abandonados em uma cesta que atravessava um muro, dividido entre a rua e a instituição religiosa que acolheria e criaria o indivíduo.

Outro fato que se contrapõe ao mito do amor materno se dá pelo infanticídio. Em várias situações, a justificativa do ato é embasada pelo estado puerperal, processo esse marcado por perturbações de ordem física e psicológica que podem ser desenvolvidas pelas mulheres no período do pós-parto. Entretanto, raramente busca-se esclarecer o crime com fundamentos respaldados na condição histórica e financeira de quem o cometeu (PINHEIRO, 2018).

Não há como tratar do tema maternidade sem se compreender que, historicamente, vêm-se constituindo, desde o Brasil Colônia, diferentes tipos de mães. De acordo com Pinheiro (2018, p. 4), “quando o país ainda assumia um perfil escravagista, o contexto contribuía para desmistificar a ideia de que todas as mulheres foram igualmente submetidas a um mesmo meio de exploração e dominação”. Isso porque a circunstância vivida pelas mulheres negras escravizadas ou livres e pobres era discrepante a das mulheres casadas com os senhores escravocratas.

Tratando-se do âmbito econômico, a mulher branca e de classe média/alta possuía certo status na sociedade, tendo em vista que ela era direcionada à supervisão dos trabalhos domésticos realizados pelas pessoas escravizadas, como na vigilância do trabalho na cozinha, no jardim ou na costura. Também era comum os casos em que as mulheres viúvas se responsabilizavam pelas heranças deixadas pelo marido, sendo elas consideradas as novas administradoras do lar e das finanças.

Já as mulheres negras, e em especial as escravizadas além de serem exploradas para a mão de obra, eram também violentadas sexualmente, fosse pela prática das “artes do amor”, as quais os jovens brancos utilizavam do corpo feminino para suprirem as suas exigências produtivas, ou pelo intuito de se reproduzir crioulos a mais para trabalhar. Com isso, foi-se rebuscando a herança da deserção paterna popularizada (PINHEIRO, 2018).

Essa prática social, para Thurler (2009, p.17), “possui uma raiz embrenhada no Brasil do século XVII, período em que já se encontravam registros do não reconhecimento paterno, ou seja, de pais que rejeitavam seus filhos”. O abandono era comumente justificado pela falta de condições econômicas, também porque muitas crianças eram fruto de relações extraconjugais, sendo elas reconhecidas como bastardas ou ilegítimas; logo, ficavam sob tutela das mulheres criadeiras. Estas mães eram mulheres negras e pobres, julgadas moralmente por não possuírem cônjuge, família e por praticarem serviços sexuais aos senhorios, que as rejeitavam quando as mesmas engravidavam. “É a partir dessas estruturas que encontram-se formas severas de expressões de violência contra a mulher, que se tornou extensiva às futuras gerações, como a reprodução da expressão filho da mãe’, que possui conotação pejorativa” (THURLER, 2009, p. 21).

As consequências da origem do papel social das mulheres no Brasil são claramente identificadas na atualidade. As famílias chefiadas por mulheres são comumente associadas a núcleos desestruturados e, a condição de chefe de família geralmente é uma posição não almejada, tampouco aprovada pelas mulheres das camadas populares. De maneira oposta, é natural que as mulheres procurem uma

figura masculina para prover a si e a sua família e não raro, existem muitos casos em que a própria companheira sustenta o marido e carrega um discurso contrário (MEINERZ, 2013).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) expõe que as mulheres que trabalham fora de casa destinam 18,1 horas de sua semana para as tarefas domésticas, incluindo cuidados com filhos e idosos e, diferentemente da figura feminina, os homens em estado de desemprego dedicam apenas 12 horas semanais as mesmas funções (FERNANDES, 2018). Ainda destaca que o número de mulheres que chefiaram famílias de 1995 a 2015 aumentou de 23% para 40,5%, consoante a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça e, ainda segundo a análise de Fernandes (2018) referente aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias regidas por mães solo subiu de 10,5 milhões para 11,6 milhões entre 2005 e 2015.

Outro fator que implica diretamente nas questões da maternidade é que, de 10,3 milhões de crianças menores de 4 anos, 83,6% possuíam como primeira responsável a figura feminina, em 2015, conforme a Pnad. Além disso, a Síntese de Indicadores Sociais de 2017 aponta que a taxa de pobreza tem maior percentual em famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem cônjuge, e, como indica o levantamento da pesquisa do Estadão Dados com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibop), de 2013, a probabilidade no Estado de São Paulo de uma mulher periférica ter auxílio de um marido na criação dos filhos cai pela metade.

Contudo, ao se associar questões como raça, gênero e classe como marcadores sociais da diferença, se evidenciam os paradoxos carregados no discurso romantizado da maternidade e como a omissão das diferentes realidades se articulam de um só modo ao mito do amor materno. Existe um alto índice de mães solteiras penalizadas, sem auxílio e solidariedade dos pais, bem como a falta de suportes institucionais para a criação de seus filhos. “Nesse aspecto, a criança geralmente torna-se vítima de discriminação, perde seu direito ao reconhecimento paterno, tanto quanto de ser cuidada e protegida” (THURLER, 2009, p. 214).

Para Minayo (2002), a vida das crianças, no decorrer da história da humanidade, tem sido incubida por seus pais, assim como a violência contra as mesmas, que sempre

esteve associada a um processo educativo, sendo considerada tanto um método de socialização, quanto consequência automática de transgressões e rebeldias. “Ainda reitera, que as relações pais-filhos se transformam na modernidade, passando por um seguimento de responsáveis que maltratam a responsáveis que se sacrificam por sua prole” (p.96). Embora esse discurso venha sendo amplamente discutido na atualidade, principalmente pelas crescentes políticas voltadas aos direitos humanos, terapeutas familiares apontam que, ao se tratar de espaços domésticos, a violência contra a criança acaba mantendo uma função social, ocorrendo na tentativa de se solucionar problemas emocionais do núcleo violentador. Nesses casos, frequentemente a criança será objetificada para aliviar o estresse dos adultos.

Para Sagim (2008), o que torna a situação da violência contra a criança um estado mais agravante é o fato de que, quem deveria protegê-la, correntemente é quem a maltrata, ou seja: a mãe. “A figura materna no quesito domiciliar tende a ser muito mais agressiva e segundo os autores supracitados, é ela quem cometerá mais atos de violência contra seus filhos” (p.180).

Dessa forma, ao se articular a romantização da maternidade com a violência infantil, identifica-se a exaustão associada à sobrecarga do tempo de trabalho remunerado somado ao doméstico de milhares de mulheres brasileiras, com ênfase nas mães que criam sozinhas seus filhos. Essas condições, adicionadas a outros fatores como responsabilidades afetiva e educacional, são funções que demandam muito empenho das mães, podendo desencadear grandes estresses emocionais, razões pelas quais mulheres acabam se tornando violentas em seu núcleo familiar.

Além disso, “em uma cultura de dominação patriarcal, capitalista e de supremacia branca, as crianças não são vistas como sujeitos de direito, mas sim, como propriedade dos pais, que as tratam da forma como querem” (HOOKS, 2018, p. 110). Com esse fundamento, o sadismo maternal comumente enseja que crianças sejam abusadas emocionalmente, já que a bagagem cultural contribuiu para a aplicação do controle autocrático dos poderosos aos mais fracos, podendo utilizar quaisquer meios

para subordiná-los. O domínio da mãe sobre a criança é justificada pela mesma hierarquia de controle do homem sobre a mulher.

CONCLUSÃO

O estado da arte realizado nos colocou em contato com textos que permitiram perceber que a romantização da maternidade é uma construção social originada pela aliança entre homens e médicos higienistas ainda no Brasil Colônia, considerando nosso país, como método de limitar a figura feminina as funções reprodutivas e restringi-la às fronteiras da casa. Inicialmente, as mulheres pautadas como alvo dessa padronização seriam as esposas dos senhorios, um grupo predominantemente branco e com status econômico.

Com isto, podemos concluir que as convicções de uma maternidade romantizada atravessaram séculos, propagadas inclusive nas camadas populares. Contudo, quando se refere aos papéis de gênero, é importante frisar que o país é composto por uma diversidade de mulheres-mães, podendo ser precipitado tratá-las de uma única forma, sem considerar as singularidades de cada indivíduo. Ao se observar os índices de desigualdade, pode-se constatar que a interseccionalidade, que permeia gênero/raça, é uma das razões que mais interferem nas responsabilidades parentais exercidas pelas mães, em especial aquelas que criam sozinhas seus filhos.

Conclui-se, então, que, em nossa sociedade, a mulher com sua carga de estigmas, falta de oportunidades e solidão, pode tornar-se protagonista na violência contra a criança pelo desamparo a que estão submetidas muitas mães, principalmente pela cultura da deserção paterna, tendo elas que assumir sozinhas a responsabilidade de criar uma ou algumas crianças, com uma jornada dupla entre cuidar dos afazeres domésticos e o labor, aumentando a carga de estresse e exaustão, que por vezes não correspondem as necessidades do seu grupo familiar.

Com isso, pontuamos algumas questões: como mulheres de classes populares, tendo em vista que muitos homens são pais ausentes, sendo que vários vivenciam criminalidades, realçando a ideia de famílias sem estrutura e preparo, que permeiam o discurso da deserção paterna, podem combater um cotidiano de violências, onde as

suas crianças podem ser as mais afetadas? Como as mulheres-mães também vítimas, principalmente ao se considerar temáticas como raça, maternidade, racismo e genocídio da população negra, podem reagir para pedagogicamente, abordar o racismo estrutural que assola socialmente a população negra, contribuindo com a perpetuação da violência que atinge proporcionalmente as mulheres e suas crianças? É possível sair de situações, em que, além de viver em situações de miserabilidade, a mulher experiencia cotidianamente cenários de violência e conflitos familiares, razões que sustentam a probabilidade de que uma criança viverá nesse tipo de realidade?

Na mesma linha, ao lançar o nosso olhar para o binômio gênero e violência, percebemos que há uma maior vitimização das meninas que vivenciam contextos sociais e familiares desfavoráveis, considerando os marcadores de classe, gênero e raça, dos discursos e práticas vividas pelas mulheres-mães em situação de pobreza.

Por fim, cabe salientar que esta pesquisa não contempla totalmente a complexidade do impacto da romantização da maternidade na violência infantil, mas pretende se configurar numa contribuição que pode ser expandida e melhor explorada, a fim de se tornar um instrumento eficaz para superar os desafios referente a democracia e a justiça social, buscando oportunidades que se apresentem na realidade brasileira, necessárias a análise dos fatores de desigualdade que implicam na vida destas mulheres e suas crianças.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. L. **Feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas: o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais**. Dissertação de Mestrado - Universidade de Lisboa, 2019. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/18983>

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Ed. Nova Fronteira, RJ. 1985.

DETONI, P. P.; MACHADO, P. S.; NARDI, H. C. "Em nome da mãe": performatividades e feminizações em um CRAS. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.26, n.1, jan. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2018000100210&lng=pt&tlng=pt

FERNANDES, M. **7 números da realidade das mulheres que criam filhos sozinhas no Brasil**. HUFFPOST. 18 de set. 2018. Disponível em:

https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/18/7-numeros-da-realidade-das-mulheres-que-criam-filhos-sozinhas-no-brasil_a_23531388/

FERREIRA, C. L. S. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciê. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.11, nov. 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232019001103997&tlng=pt

GUZMÁN, F. Mães negras: Maternidade, emancipação e trabalho em tempos de mudanças e transformações (Buenos Aires, 1800 - 1830). **Tempo**, Niterói, vol.24, n.3, set./dez. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042018000300450&lng=es&tlng=es

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Ed. Rosa dos Tempos, RJ. 2018.

LIMA, R. A. Édipo negro: estrutura e argumento. **Acta Psicossomática**, v.2, n.1, 2019. Disponível em:

<http://actapsicossomatica.com.br/ojs/index.php/acta/article/viewFile/15/12>

MALTA, D. C.; ANTUNES, J. T. PRADO, R. R. do; ASSUNÇÃO, A. Á.; FREITAS, M. I. de. Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciê. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.4, abr. 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232019000401287&tlng=pt

MEINERZ, N. E. *et al.* Desigualdades de gênero, raça e etnia. Gênero, família e reprodução. Ed. **Intersaberes**, Curitiba. 2013.

MINAYO, M. C. S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. *et al.* **Violência e criança**. Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

OLIVEIRA, T. G.; BATTISTELLI, B. M.; CRUZ, L. R. Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social. **PSI UNISC**, [S.I.], v.3, n.2, p.115-125, jul. 2019. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/12599/8252>

PEIXOTO, S. L. F. **Vidas de mães na favela: reinvenções da maternidade nas experiências de mulheres na periferia de Fortaleza.** Tese (Doutoramento) - Universidade Federal do Ceará. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49117>

PEREIRA, B. C. J. **Dengos e Zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras.** Tese (Doutoramento em Sociologia) - Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36124>

PINHEIRO, V. O infanticídio como expressão da violência e negação do mito do amor materno. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 26, n.1, p.4, jan. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100202&lng=pt&tlng=pt

SAGIM, M. B. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar.** Tese (Doutoramento em Psicologia) - Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-09092008-141033/publico/MIRIAN_BOTELHO_SAGIM.pdf

SCHMIDT, B.; BOLZE, S. D. A.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Percepções Parentais sobre o Temperamento Infantil e suas Relações com as Variáveis Sociodemográficas das Famílias. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, vol.34, nov. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722018000100405&lng=pt&tlng=pt

SCHUMACHER, G.; GARCIA, L.; FERNANDES, M.; GOLDIM, J. R. Violência contra crianças na perspectiva de profissionais de saúde: reconhecimento e proteção em suas atividades hospitalares. **Revista de Bioética e Direito**, n. 44, nov. 2018. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/RBD/article/view/19230/24139>

SILVA, T. C. F.; LOBATO, I. L.; SILVA, L. C.; MENEZES, D. S.; ALMEIDA, L. G.; COUTINHO, A. E. A. Família, gênero, negligência e cuidado na atenção à saúde da criança. Breve reflexão sobre as demandas direcionadas pela equipe de saúde ao serviço social. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019, v.16, n. 1, 2019. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:pJgueOG3oqUJ:scholar.google.com/+FAM%C3%8DIA,+G%C3%8ANERO,+NEGLIG%C3%8ANCIA+E+CUIDADONA+ATEN%C3%87%C3%83O+%C3%80+SA%C3%9ADE+DA+CRIAN%C3%87A.+BREVE+REFLEX%C3%83O+SOBRE+AS+DEMANDAS+DIRECIONADAS+PELA+EQUIPE+DE+SA%C3%9ADE+AO+SERVI%C3%87O+SOCIAL&hl=pt-BR&as_sdt=0,5

THURLER, A. L. **Em nome da mãe**. Ed. Mulheres, Florianópolis. 2009.

VIELLA, I. L. **Para além da maternidade**: um estudo sobre mulheres que optaram por não ter filhos. Artigo (Graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina. 2015. Disponível em:

<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3072/PARA%20AL%C3%89M%20DA%20MATERNIDADE%20UM%20ESTUDO%20SOBRE%20MULHERES%20QUE%20OPTARAM%20POR%20N%C3%83O%20TER%20FILHOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

VILARINO, M. T. B. Sob o peso da maternidade. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000401191&tlng=pt